The background is a solid teal color. It is filled with numerous hand-drawn sketches of hands in various poses, rendered in a dark teal or black ink. The sketches are scattered across the page, some showing the palm, some the back of the hand, and some with fingers spread. The style is simple and illustrative, with visible line work and some shading to suggest depth.

***Perspectivas
desde las
Ciencias
contables***

Inclusão financeira e sua relação com o desenvolvimento sustentável em países emergentes: o caso do Brasil e do México

Edgar Jiménez Cerra¹

Malena Portal Boza²

Duniesky Feitó Madrigal³

Gislane Menezes⁴

Artículo Investigación

Recibido: 13 de julio de 2022

Aceptado: 25 de octubre de 2022

Fecha de Publicación: noviembre de 2022

Introdução

A discussão em torno da inclusão financeira tem sido um tema que vem ganhando maior valor globalmente na última década, buscando de forma geral a eliminação da lacuna entre as pessoas que podem acessar serviços financeiros e aquelas que não podem, principalmente nas economias em desenvolvimento. De acordo com o Banco Mundial (WB) até 2014, foram mais de 2 bilhões de adultos excluídos do acesso a serviços financeiros globalmente. Nesse contexto, em 2015, os líderes mundiais adotaram na 70ª sessão da Organização das Nações Unidas (ONU) um conjunto de 17 metas globais como parte da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de eliminar a pobreza e garantir a proteção do planeta e a

prosperidade para todos.

Entre as nações mais favorecidas por esse grupo de ações estão as conhecidas como emergentes, que incluem países que, com base em seus recursos e no desenvolvimento de políticas de saúde, educação, segurança pública e crescimento econômico, buscam melhorar os níveis de renda de seus habitantes, bem como sua qualidade de vida. Na América Latina, Brasil e México são as economias que mais avançaram nesse sentido, assim como no desenvolvimento do setor financeiro. Porém, para esses países, a questão da inclusão financeira continua sendo um grande desafio.

Os governos, juntamente com o setor bancário, buscam desenvolver políticas cada vez mais inclusivas no campo financeiro e, ao mesmo tempo, tentam responder às diretrizes incluídas na agenda 2030 das Nações Unidas. Nesse sentido, o desenvolvimento de pesquisas para apoiar essas ações é favorecido, embora a relação entre inclusão financeira e desenvolvimento sustentável, que responda a um objetivo maior, tenha sido pouco abordada.

Por isso, este artigo tem como objetivo aprofundar a análise da relação entre inclusão financeira e desenvolvimento sustentável, de forma a favorecer uma tomada de decisão mais abrangente e com uma abordagem mais ampla, tanto para entidades governamentais, quanto para instituições bancárias. Além disso, sendo um estudo comparativo, seus resultados permitirão uma maior compreensão do contexto das nações

1 Master en Gestión de Tecnologías de Información y la Comunicación, alumno del Doctorado en Ciencias Administrativas. Universidad Autónoma de Baja California. Campus Tijuana. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1285-334>

2 Doctora en Ciencias Económicas, profesora-investigadora, miembro del Sistema Nacional de Investigadores. Universidad Autónoma de Baja California. Campus Tijuana. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4237-1534>

3 Doctor en Ciencias Económicas, profesor-investigador, miembro del Sistema Nacional de Investigadores. Universidad Autónoma de Baja California. Campus Tijuana. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7225-2598>

4 Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil.

envolvidas e a identificação de possíveis melhorias.

Inclusão Financeira e seu impacto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A inclusão financeira tornou-se uma força motriz para o crescimento econômico das nações (Dai-Won, Jum-Suk e Hassan, 2018; Uchenna-Okoye, Adetiloye, Erin e Egbuomwan, 2017) com base no aumento da qualidade de vida de seus cidadãos, principalmente aqueles que não tinham acesso a produtos e serviços financeiros. Através da proliferação da educação financeira, da salvaguarda da poupança e do acesso ao crédito, permitiu-se que a população fosse mais resiliente e enfrentasse situações inesperadas como doenças, crises econômicas. Todas, com alto impacto financeiro (Ghosh e Vinod, 2017).

Devido ao seu nível de impacto e à importância para todos os países que eliminam pessoas excluídas financeiramente, a conceituação desta questão tem sido abordada por diversas organizações internacionais que descrevem os principais elementos a serem levados em conta para sua definição. A Aliança Global para Inclusão Financeira [GPFI], (2011) conceitua essa questão como o estado desejado em que todas as pessoas com idade legal, mesmo as excluídas hoje, têm acesso por meio de empresas formais a serviços de pagamento, crédito, seguros e poupança. Por sua vez, o Centro de Inclusão Financeira em Ação (CFI), define-o como acesso a um grupo integral de serviços financeiros de qualidade, garantindo às pessoas, a posse de uma capacidade monetária (EIU, 2018)

O GT (2018) apresenta como o acesso que tanto a população quanto as empresas têm à diversidade de produtos e serviços financeiros, como pagamentos, poupança, seguros, investimentos, para atender às suas necessidades de forma útil e acessível. Eles devem ser fornecidos de forma responsável. Em consonância com o exposto, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018) define a inclusão financeira como o processo que permite maior acesso, em tempo hábil e adequado, aos serviços financeiros e produtos para toda a sociedade. Isso por meio de abordagens inovadoras e adaptáveis que incluem treinamento em questões financeiras da população para aumentar seu bem-estar financeiro.

No México, o marco conceitual da inclusão financeira é definido como o acesso e uso de sistemas financeiros formais, sob regulação adequada, que garanta esquemas de proteção ao consumidor e promova a educação financeira para melhorar as capacidades de todos os segmentos da população (Conselho Nacional de Inclusão Financeira - CONAIF, 2016).

Embora iniciativas e estratégias de inclusão te-

nam ganhado maior destaque nos últimos 5 anos, em 2008, já houve um reconhecimento desse problema a nível internacional, razão pela qual a Aliança para a Inclusão Financeira é criada. Uma organização líder mundial no campo da regulação e políticas de inclusão financeira, composta por mais de 120 instituições de mais de 90 países em desenvolvimento e seu objetivo está focado no progresso das pessoas desprestigiadas do mundo através da inclusão financeira (IDA, 2015).

Como parte dos esforços para aumentar e incentivar o acesso adequado à população, o Grupo de Trabalho sobre Medição da Inclusão Financeira (FIDWG) da AFI foi criado em 2009 para promover e compartilhar informações sobre medidas de inclusão financeira. Anos depois, em maio de 2011, a FIDWG estabeleceu um conjunto de indicadores para avaliar o grau de inclusão financeira de países agrupados em duas dimensões: acesso a serviços financeiros e uso de serviços financeiros (National Banking Securities Commission – CNBV, 2019).

Na busca de eliminar a lacuna entre as pessoas que podem acessar serviços financeiros e aquelas que não podem, principalmente, nas economias em desenvolvimento, em 2010, o Grupo dos 20 (G-20) emitiu os princípios de alto nível para a inclusão financeira inovadora, considerados fundamentais para estimular ações governamentais iniciais nesse sentido. O Grupo Banco Mundial, juntamente com outros membros do setor público e privado, estabeleceu uma meta ambiciosa, para alcançar o Universal Financial Access (UFA) até 2020, disponibilizando uma conta bancária para todos os adultos em todo o mundo e através dela o benefício de outros serviços, como poupança, pagamentos digitais, créditos e seguros.

Com base no sucesso alcançado, em um período de 6 anos, o G-20 define em 2016 os novos princípios de inclusão financeira digital, orientados ao uso de tecnologias digitais com o objetivo de conectar mais indivíduos a custos mais baixos, incluindo residentes em áreas rurais e remotas, com serviços financeiros inovadores, e de fácil acesso, que lhes forneçam ferramentas para gerenciar suas vidas financeiras. A partir desse momento, a inclusão financeira torna-se uma prioridade para muitos países e traz à tona um debate interessante sobre o caminho a seguir para alcançar sociedades mais justas e equitativas.

Mostrou-se que, pelo menos 6 dos objetivos de desenvolvimento sustentável são positivamente impactados por políticas que favorecem a inclusão financeira (ONU, 2015). No que diz respeito à busca de soluções para acabar com a pobreza em nível global, a importância de todas as pessoas acessarem serviços financeiros, de uma forma ou de outra, para os benefícios que isso lhes permite, é explicitamente abordada. Ser incluído



financeiramente, ajuda as pessoas a não atingir um status econômico abaixo da linha de pobreza, investindo em sua educação e desenvolvimento de negócios. Ao mesmo tempo, o uso correto de produtos financeiros prepara famílias e empresas a serem resilientes a golpes inesperados que impactam diretamente sua economia.

Todos os produtores de alimentos são empreendedores que, ao terem acesso e utilizarem esses produtos financeiros corretamente, aumentam suas produções, o que se inverte no aumento de produtos no mercado e, por sua vez, impacta na queda dos preços tornando-os mais acessíveis a todas as pessoas. Por outro lado, o acesso ao seguro para produções agrícolas incentiva, os trabalhadores do setor, a assumirem maiores riscos em termos de aumentar sua produção e implementar culturas mais rentáveis e necessárias, ao mesmo tempo, que não serão alcançadas.

Outro objetivo que as políticas de inclusão financeira impactam diretamente é aquele que busca garantir uma vida saudável e promover o bem-estar em todas as idades. Nesse sentido, o acesso a produtos bancários, como plano de saúde e poupança, contribui para aumentar a capacidade de responder a crises de saúde pessoais, familiares ou de mercado, no caso das empresas. Pesquisas anteriores indicam que, uma das causas das pessoas permanecerem na pobreza, é ter que cobrir diretamente as despesas médicas. Essas emergências afetam as pessoas pois elas não podem continuar, por um determinado tempo com sua vida profissional, o que significa uma diminuição considerável de sua renda (Priyanka et al., 2011).

Resultado direto do investimento em oportunidades educacionais é a obtenção de treinamentos de qualidade que, na posteridade, garantirão o bem-estar das famílias e o aumento da produtividade das organizações. Esses investimentos não seriam possíveis sem acesso a esse tipo de produto ou aos benefícios oferecidos pelo sistema bancário. Empréstimos de curto prazo, débito direto, entre outros, permitem cobrir pagamentos de mensalidades escolares, bem como outras despesas associadas ao desenvolvimento profissional. Nesta linha De Arcangelis et al. (2015), destaca como tem aumentado o envio de remessas para o pagamento de mensalidades e outros serviços relacionados a questões educacionais de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, o que demonstra o impacto direto do acesso, e do uso, de produtos financeiros, no aumento dos níveis educacionais.

A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres é outro ponto importante colocado nessa agenda de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, as políticas de inclusão financeira devem contribuir para que as mulheres, por meio do acesso e emprego

desses produtos e serviços, alcancem o controle de suas finanças e, assim, se posicionem, de forma melhor, no mercado de trabalho e na sociedade. Há evidências, segundo Duflo (2012), de que, ao aumentar o controle financeiro das mulheres, os gastos com necessidades familiares diretas, como alimentação, bem-estar e educação, de seus membros, aumentam.

CONAIF (2020) propõem que haja uma relação positiva entre os índices de inclusão financeira e o aumento do recebimento de remessas em economias emergentes e destacam que esse indicador aumentará favorecendo o acesso a produtos e serviços financeiros às pessoas excluídas. Por sua vez, Emara e El Said (2021) constata que o desenvolvimento de políticas para aumentar a inclusão financeira influencia positivamente aumento do PIB per capita e o desenvolvimento de investimentos por empresas que acessam empréstimos bancários. Isso mostra o impacto que as medidas financeiras inclusivas alcançam no crescimento econômico das nações.

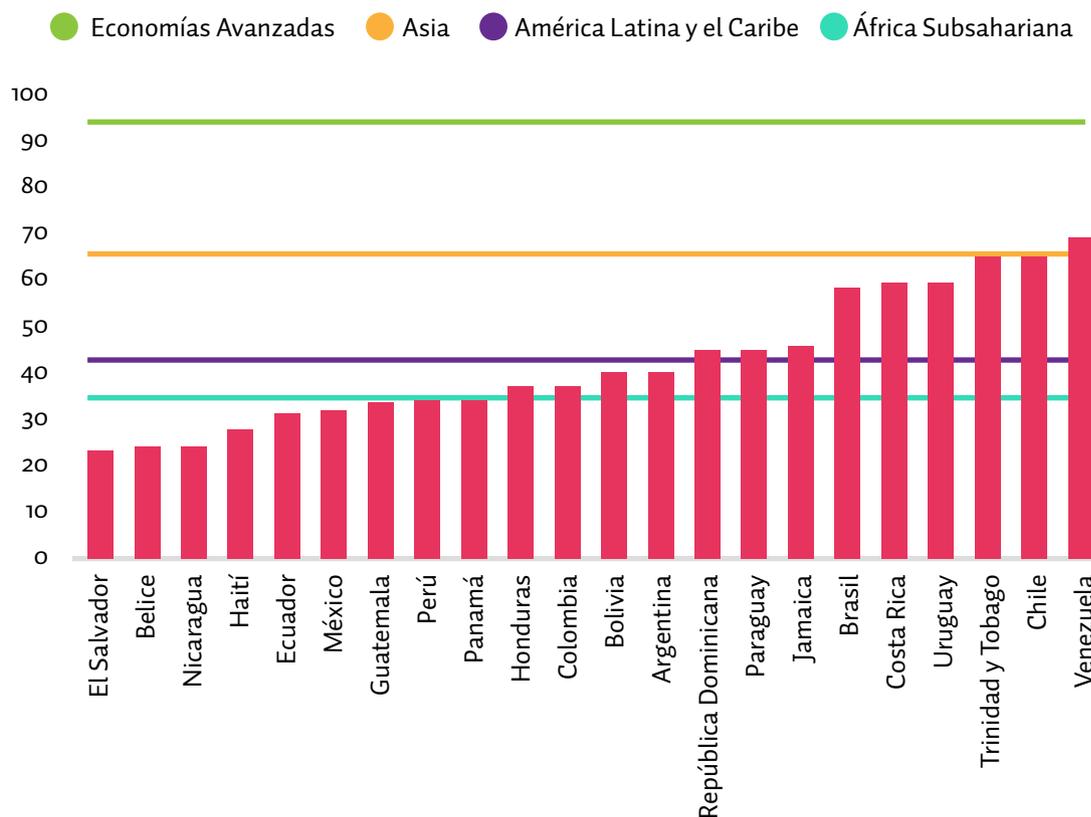
Panorama da Inclusão Financeira no Brasil e no México

O Banco Mundial define a inclusão financeira como a possibilidade de a população acessar serviços financeiros e produtos, que atendam às necessidades relacionadas a diferentes operações bancárias, como pagamentos, poupança, empréstimos e seguros, tudo isso de forma responsável e sustentável (Banco Mundial, 2018).

De acordo com os resultados apresentados pela pesquisa Global Findex, em todo o mundo existem mais de 1700 milhões de adultos que não têm um produto bancário, dos quais 56% são mulheres, o que mostra a existência de uma lacuna de gênero dentro desse problema. Do total de excluídos do banco, 50% estão entre os domicílios mais pobres de suas economias e têm maior chance de ter menor nível de escolaridade (Demirgug et al., 2018).

A América Latina ficou 23 pontos percentuais abaixo do continente asiático em termos do número de pessoas físicas que possuíam uma conta bancária em uma instituição financeira formal e 45 em economias avançadas. É impressionante neste estudo que o México apresente esse indicador ao nível das regiões mais pobres do mundo. Outro elemento que ilustra a penetração dos serviços financeiros digitais na América Latina é o percentual da população que fez pagamentos por meio de plataformas digitais em 2017. A Figura 1 mostra o desempenho desse indicador nos 26 países da região incluídos no estudo, bem como uma comparação com outras economias. Há um atraso considerável e alarmante na região, no caso da economia mexicana,

Figura 1. Percentual da população que faz pagamentos através de plataformas digitais.



Fonte. Retirado de Demirgug et al. (2018) enquanto o Brasil é mostrado como uma das economias de vanguarda da região nesse sentido.

No caso do México, há um grande interesse por parte das instituições públicas e privadas em aumentar os níveis de inclusão financeira, nestes esforços. Em 2012, a primeira Pesquisa Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) foi aplicada pela CNVB e pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografía (INEGI), que tem sido referência internacional para a elaboração de pesquisas sobre serviços financeiros em outros países. O ENIF é um levantamento que busca gerar informações estatísticas sobre o acesso e uso dos serviços financeiros da população, a fim de identificar as principais barreiras.

Posteriormente, em 2016, foi apresentada a proposta de Política Nacional de Inclusão, onde um de seus eixos centrais é, justamente, a Estratégia Nacional de Educação Financeira, que visa criar, e desenvolver, capacidades financeiras que se materializem em uma maior oferta e demanda por produtos e serviços financeiros, bem como, um melhor aproveitamento destes. Da mesma forma, no início de 2020, foi publicada a Política Nacional de Inclusão Financeira que busca, como seu principal objetivo, o fortalecimento da saúde financeira dos mexicanos, por meio do au-

mento do acesso e do uso eficiente do sistema bancário (CONAIF, 2020). Inclui um diagnóstico da situação de inclusão financeira, no país, com base nas edições de 2012, 2015 e 2018 do ENIF.

As principais instituições, em questões de inclusão financeira no México, levantaram a necessidade de basear em evidências científicas, as estratégias ou políticas públicas apresentadas, a fim de torná-las mais eficazes e que os membros deste setor tenham melhores informações, melhorem a concepção dos produtos e serviços prestados e adotem modelos de negócios que respondam às preocupações dos mexicanos incluídos e excluídos. É de vital importância obter mais informações sobre grupos populacionais como mulheres, jovens, idosos, indígenas, entre outros, que permitam a emissão das estratégias com maior especificidade (CONAIF, 2020).

Por sua vez, o governo brasileiro, com base nas projeções das Nações Unidas, apresenta em 2009 o projeto estratégico de inclusão financeira com o objetivo principal de ampliar o acesso aos serviços financeiros, criando produtos adequados às necessidades da população (Edson, Cruvinel e Von Borowski, 2009). Em



2010, como resultado desse projeto, o Banco Central do Brasil (BCB) incluiu como um de seus objetivos estratégicos a promoção da inclusão financeira como uma das formas fundamentais para cumprir sua missão institucional de garantir a solidez e eficiência do Sistema Financeiro Nacional.

No mesmo ano, os resultados de uma pesquisa conjunta entre o BCB e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são divulgados por meio da primeira versão do *Relatório de Inclusão Financeira (RIF)*, relatório desenvolvido com o objetivo de visualizar a situação da inclusão financeira no Brasil e dar suporte a dados confiáveis para a tomada de decisão de políticas públicas que promovam inclusão financeira, bem como a comunidade científica, para pesquisas associadas a essa abordagem social (BCB, 2011).

Nas edições de 2010, 2011 e 2015, deste relatório, os principais indicadores concentraram informações sobre o uso e acesso a serviços financeiros. A partir de 2017, o BCB apresenta uma versão mais elevada conhecida como *Relatório de Cidadania Financeira (RCF)*, uma visão mais inclusiva com indicadores que abrangem inclusão financeira, educação financeira, proteção do consumidor e participação cidadã nos serviços financeiros (BCB, 2018).

Como parte dessa nova estratégia para aumentar a inclusão financeira, o BCB afirma que é essencial conhecer os perfis dos usuários de serviços e produtos financeiros, bem como os elementos mais vulneráveis dentro da população, para promover o desenvolvimento de pesquisas que rendem resultados nas relações entre a população, suas características sociodemográficas, e o setor bancário e seus diversos elementos, como acesso, e uso, de seus produtos e serviços e a digitalização deles.

Ao aprofundar a situação de inclusão no contexto mexicano, os números indicam que o México está entre as 7 economias, juntamente com Índia, Paquistão, Indonésia, Nigéria e Bangladesh que abrigam metade da população desconectada do mundo bancário, com 58,7 milhões de mexicanos (WB, 2017). No final de 2018, e segundo a Pesquisa Nacional de Inclusão Financeira (CNBV-INEGI, 2018), apenas 12% dos adultos tinham acesso a empréstimos bancários, número abaixo de países como Chile (31%), Brasil (26%) e Colômbia (21%). Além disso, apenas 51% dos municípios do país possuem, pelo menos, uma instituição bancária que oferece serviços aos setores mais vulneráveis. Apesar disso, houve avanços em alguns indicadores como o percentual da população maior de 18 anos que possui um produto financeiro, no caso do seguro de 22% a 25%, o uso de créditos de 27% a 31% e na posse de uma

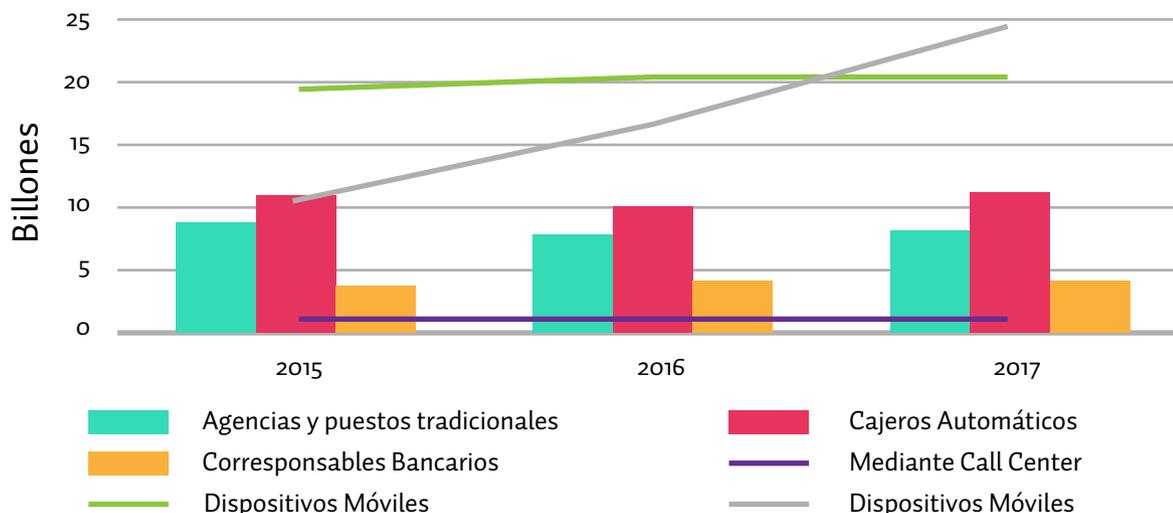
conta bancária de 36% a 47% (CNBV, 2019).

Outros elementos que mostram o estado complexo em que se localiza a saúde financeira do povo mexicano referem-se ao fato de que apenas 58% dos adultos conseguem cobrir suas despesas com a renda que recebem mensalmente, utilizando práticas como pedidos de créditos para empresas locais para sobreviver até o próximo mês. O número de pessoas com mais de 18 anos com capacidade de enfrentar uma emergência financeira com suas economias só chega a 43%, o que implica que, grande parte da população, não vai às instituições médicas em tempo hábil e só o faz quando a situação se torna crítica. De acordo com o exposto, apenas 25% da população possui algum seguro, seja para proteção de sua vida, despesas médicas ou bens materiais (CNBV-INEGI, 2018).

Em relação ao planejamento de suas finanças, os dados refletem um déficit de projeção por parte dos mexicanos para alcançar a solvência em um determinado momento. INEGI menciona que apenas 40% dos adultos definem objetivos financeiros de longo prazo e que apenas 5% fazem contribuições para suas contas de poupança. Ao mesmo tempo, apenas 35% analisam, consistentemente, a relação entre suas receitas e despesas e 78% externam sua preferência por gastar seus rendimentos antes de salvá-los no futuro (CNBV-INEGI, 2018).

Por sua vez, o Brasil mostra indicadores mais próximos do esperado, como parte do cumprimento dos objetivos estabelecidos na agenda 2030 das Nações Unidas, onde a questão da inclusão financeira tem impacto. De acordo com o relatório de cidadania financeira emitido pelo Banco Central do Brasil (BCB, 2018), em todos os municípios há algum ponto de acesso e atenção do setor bancário. A realização de transações por meio do uso de dispositivos móveis mostra um aumento de 19% no período de 2015 – 2017 e representa 35% do total de transações feitas. Há uma tendência de migração para o uso da tecnologia para esse fim, mas há um alto percentual da população brasileira que ainda sente preferência pela realização das operações pessoalmente (ver Figura 2).

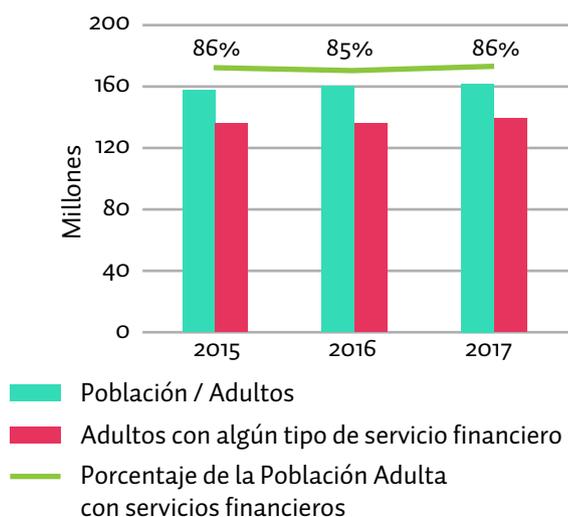
Figura 2. Transações bancárias pelo canal de acesso 2015 - 2017.



Fonte. Retirado de BCB (2018)

Em relação ao uso de serviços financeiros, o relatório destaca que 86,5%, mais de 140 milhões da população adulta, mantém algum tipo de relacionamento com as instituições bancárias (ver número 3), seja por conta poupança, débito ou conta poupança para investimentos. Pode-se ver, na imagem, que esse indicador se comportou de forma estável no período analisado

Figura 3. Adultos com serviços financeiros 2015 - 2017.



Fonte. Retirado de BCB (2018)

(BCB, 2018).

A maioria das pessoas que não possuem um produto financeiro definiu que a principal causa está nos altos custos dos mesmos e nas distâncias para viajar para acessar um ponto presencial. No entanto, do total de adultos, não usuários do sistema bancário no Brasil, mais de 60% têm acesso a dispositivos móveis, e a internet sendo, tecnologia, uma possível solução para a exclusão desses membros da sociedade brasileira (BCB, 2018).

O relatório destaca ainda que, 45% dos adultos, acessam os diversos tipos de créditos oferecidos, destacando que a maioria dos candidatos está entre as pessoas que recebem entre um e dois salários mínimos por mês, porém, os saldos nas contas de crédito mantêm um comportamento crescente, diretamente relacionado ao nível de renda dos usuários dos serviços bancários (BCB, 2018).

Para concluir esta seção, uma tabela comparativa entre os dois países é apresentada, com alguns dos indicadores incluídos na base de dados Global Findex, desenvolvida pelo Banco Mundial (ver Tabela 1).

Nesta tabela, você pode ver a evolução de alguns dos indicadores da inclusão financeira para as nações que fazem parte, deste estudo, mostrar, em questões de acesso, em ambos os países, os saques, através de agências bancárias, diminuíram e, através de caixas eletrônicos, têm aumentado, de forma congruente ao desenvolvimento tecnológico, que tem evidenciado o setor bancário. As principais diferenças residem no uso desses serviços e produtos. Em termos de posse de cartões de débito ou crédito, os indicadores cariocas praticamente dobram os astecas, bem como no uso do mobile banking para a realização de pagamentos digitais.



Tabela 1. Indicadores de inclusão financeira do Brasil e do México 2011 - 2017

Indicadores de Inclusão Financeira	BRASIL			MÉXICO		
	2011	2014	2017	2011	2014	2017
Uso de caixas eletrônicos	58%	75%		57%	69%	
Saques em agências bancárias	32%	20%		32%	23%	
Percentual da população adulta com conta bancária	56%	68%	70%	27%	39%	35%
Percentual da população adulta que possui um cartão de débito	41%	59%	59%	22%	27%	25%
Percentual da população adulta que possui um cartão de crédito	29%	32%	27%	13%	18%	10%
Percentual da população adulta que faz ou recebe pagamentos digitais		50%	58%		29%	32%

Fonte. Elaboração própria com dados de Demirgug et al. (2018)

Conclusões

Ao longo deste estudo, torna-se evidente o vínculo entre inclusão financeira e desenvolvimento sustentável, de modo que impacta no crescimento econômico das nações e no aumento da qualidade de vida de seus habitantes, uma questão que deve ser levada em conta pelas administrações, e governantes, no momento da projeção para alcançar o cumprimento dos objetivos incluídos na agenda 2030.

Como parte dos resultados desta pesquisa, foi revelado que, no caso das nações envolvidas, Brasil e México, os governos desenvolveram políticas para aumentar os níveis de inclusão financeira. Além disso, é importante ressaltar que, durante o período analisado, persistem diferenças significativas nos indicadores de uso de produtos e serviços financeiros, o que pode se tornar a impossibilidade das pessoas acessarem opções que favoreçam seu desenvolvimento.

Em pesquisas futuras, propomos aprofundar o estudo dos fatores que definem essa relação para aumentar o conhecimento sobre ela e, assim, favorecer o desenvolvimento de políticas públicas mais robustas para o crescimento das nações.

Referencias

- Aliança para Inclusão Financeira. (2015). Disponível em: https://www.afi-global.org/sites/default/files/publications/policy_leadership_spanish.pdf
- Banco Central de Brasil. (2011) Relatório de Inclusão Financeira.
- Banco Central de Brasil. (2018) Relatório de Cidadania Financeira. https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BC-B_16jan_2019.pdf
- Banco Mundial. 2018. Inclusão Financeira. <https://www.bancomundial.org/es/topic/financialinclusion/overview#1%3E>
- Conselho Nacional de Inclusão Financeira CONAIF. (2016). Política Nacional de Inclusão Financeira. <https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/190321/PNIF.pdf>
- Conselho Nacional de Inclusão Financeira -CONAIF. (2020). POLÍTICA NACIONAL DE INCLUSÃO FINANCEIRA. MÉXICO. Disponível em: <https://www.gob.mx/cnbv/acciones-y-programas/politica-nacional-de-inclusion-financiera-43631>
- Comissão Nacional de Bancos e Valores Mobiliários (CNVB). 2019. Visão geral anual de inclusão financeira, disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/481172/PanoramaIF_2019.pdf
- CNBV-INEGI (2018). Pesquisa Nacional de Inclusão Financeira. Cidade do México: CNBV.
- Dai-Won, K., Jum-Suk, Y. y Hassan, M. K. (2018). Inclusão financeira e crescimento econômico nos países da OIC. Pesquisa em Negócios Internacionais e Finanças, 43, 1-14. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2017.07.178>
- Demirgug, A., Kappler, L., Singer, D., Ansar, S., & Hess, J. (2018). O Global Findex Database 2017. Medindo a inclusão financeira e a revolução das fintechs. Washington: Grupo do Banco Mundial.
- De Arcangelis, G., M. Joxhe, D. McKenzie, E. Tiogson

- e D. Yang. 2015. “Direcionando remessas para a educação com compromissos suaves e rígidos: evidências de um experimento em laboratório e a tomada de novos produtos entre migrantes filipinos em Roma.” *Journal of Economic Behavior & Organization* 111, 197-208.
- Duflo, E. (2012) Empoderamento feminino e Desenvolvimento Econômico. *Journal of Economic Literature* Vol. 50, nº 4, 1051-79.
- Economist Intelligence Unit , (2018). *Microscópio Global de 2018: O Ambiente para Inclusão Financeira*. Nova York: Patrocinado pela AfDB, Fundação Bill e Melinda Gates, Accion, BID Lab, IDB Invest, Accion e Metlife.
- Edson L., Cruvinel E., von Borowski A. (2009) *Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil: visão de diferentes atores*. Banco Central do Brasil.
- Emara, N., y El Said, A. (2021). Inclusão financeira e crescimento econômico: O papel da governança nos países MENA selecionados. *Revisão Internacional de Economia e Finanças*, 75, 34-54. doi: <https://doi.org/10.1016/j.iref.2021.03.014>
- Ghosh, S. y Vinod, D. (2017). O que restringe a inclusão financeira das mulheres? Evidências de dados da Micro Indiana. *Desenvolvimento Mundial*, 92, 60-81. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.11.011>
- Grupo banco mundial (WBG). (2018). <https://www.bancomundial.org/es/topic/financiamiento/overview>
- Organização Internacional das Nações Unidas (ONU). www.unctad.org. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: <https://unctad.org/meetings/es/SessionalDocuments/ares70d1.es.pdf>
- Priyanka, S., K. Xu e D.B. Evans. 2011. “Impacto dos pagamentos fora do bolso para o tratamento de doenças não transmissíveis nos países em desenvolvimento: uma revisão da literatura”. Artigo de discussão da Organização Mundial da Saúde 2. Genebra: Organização Mundial da Saúde.
- Uchenna-Okoye, L., Adetiloye, K., Erin, O. y Egbuonwan, G. (2017). Inclusão Financeira como Estratégia de Crescimento Econômico E Desenvolvimento Aprimorado. *Journal of Internet Banking and Commerce*, S8 (001), 1-14. <http://www.icommercecentral.com/special-issues/special-issues8-mobile-banking-a-service-provider-perspective.html>



INGENIERÍA DE SISTEMAS

Acreditación de Alta Calidad

Res MEN: 11596 del 17-07-2018

10 semestres - SNIES: 54742

Popayán - Santander de Quilichao

INGENIERÍA INDUSTRIAL

10 semestres - SNIES: 102076

Popayán - Santander de Quilichao

INGENIERÍA MECATRÓNICA

10 semestres - SNIES: 101777

Popayán

COMUNICACIÓN SOCIAL Y PERIODISMO

9 semestres - SNIES: 101439

Popayán

CONTADURÍA PÚBLICA

10 semestres - SNIES: 54428

Popayán - Santander de Quilichao

ADMINISTRACIÓN DE EMPRESAS

9 semestres - SNIES: 104851

Popayán - Santander de Quilichao

DERECHO

10 semestres - SNIES: 104404

Popayán

TECNOLOGÍA EN GESTIÓN GASTRONÓMICA

Acreditación de alta calidad

Res MEN: 01452 del 02-02-2018

6 semestres - SNIES: 103639

Popayán

TECNOLOGÍA AGROAMBIENTAL

Acreditación de alta calidad

Res MEN: 010453 del 02-02-2018

6 semestres - SNIES: 17445

Popayán - Santander de Quilichao



838 69 00 Ext. 163
www.unicomfacauca.edu.co